

142

**Amazônia: Meio Ambiente,
fronteiras e Segurança**

Shiguenoli Miyamoto

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do IFCH. *Primeira Versão* está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

FICHA TÉCNICA

Diretor: Profa. Dra. Nádia Farage
Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Challoub

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Prof. Sidney Chalhoub

Coordenação da Coleção Idéias:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida

Coordenação da Coleção Trajetórias:

Prof. Dr. Álvaro Bianchi

Coordenação das Coleções Seriadas:

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira

Coordenação das Coleções Avulsas:

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Coordenação da Coleção Clássicos:

Profa. Dra. Nádia Farage

Representantes dos Departamentos:

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida – DH

Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF

Prof. Dr. Álvaro Bianchi – DCP

Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA

Prof. Dr. Jesus José Ranieri – DS

Representantes dos funcionários do Setor de Publicações e Gráfica:

Maria Cimélia Garcia e Sebastião Rovaris.

Representantes discentes:

Vinícius Rezende (pós-graduação)

Paula Berbert (graduação)

Setor de Publicações:

Maria Cimélia Garcia – Maria Aparecida Palma de Lima – Hilda Sigala Pereira

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e Cleusa L. de Campos Schetini.

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal 6110

CEP: 13083-970 – Campinas – SP

Tel. (019) 3521.1604 / 3521.1603 – Fax: (019) 3521.1589

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

Capa – Composição e Diagramação – Revisão – Impressão – Divulgação
IFCH/UNICAMP

AMAZÔNIA: MEIO AMBIENTE, FRONTEIRAS E SEGURANÇA

Shiguenoli Miyamoto

Professor Titular
Departamento de Ciência Política
IFCH – Unicamp

Introdução

A concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2007 a Al Gore e ao *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC) não foi gratuita. De diferentes formas, ambos procuraram mostrar ao mundo que as condições sócio-econômicas atuais tendem a se deteriorar progressiva e aceleradamente, se medidas fortes não forem tomadas para cuidar com mais seriedade do meio ambiente. Alarmistas ou não, o fato é que sensibilizaram os responsáveis pela premiação, fazendo com que o tema fosse deslocado para um papel de primeira importância.

Ban Ki-Moon, secretário geral da Organização das Nações Unidas, após sua recente visita ao Brasil, teceu considerações específicas sobre a Amazônia, ao participar da divulgação do relatório do IPCC, em Valência na Espanha, no dia 17 de novembro de 2007. Para ele “a floresta úmida está sufocada”, embora considere esse fato como um problema global, e não necessariamente como resultado das políticas adotadas pelo governo brasileiro.¹ Na mesma oportunidade, porém, no relatório divulgado pelo

¹ A declaração do Secretário Geral da ONU foi considerada uma surpresa, já que estava no evento apenas para prestigiar o lançamento do relatório do IPCC. Sobre o problema ver ANDREI NETTO – “Amazônia está sufocada, diz Ban”, *O Estado de S. Paulo*, 18.11.2007, p. A-24; CHADE, Jamil – “IPCC faz alerta a Brasil, China e

IPCC não se fez qualquer tipo de referência explícita à Amazônia, evitando assim maiores controvérsias.²

Há cerca de quatro décadas a deterioração do meio ambiente, causando grandes danos de formas distintas, tem chamado a atenção tanto de governos quanto da sociedade em geral, em particular das organizações não-governamentais. Assim, tornou-se comum espaços concedidos pela mídia impressa e falada tratarem cotidianamente do assunto, surgindo inclusive películas abordando como seria o dia de amanhã, se persistirem as atuais condições.

Cada vez mais os danos causados a populações inteiras não só do meio rural, mas também afetando os centros urbanos, contribuindo para o surgimento do que se passou a chamar de refugiados ambientais, têm sido creditados a ação desmedida do homem, fazendo com que as alterações se tornem insustentáveis e irreversíveis.

Denúncias têm sido feitas no dia-a-dia, de um lado por parcelas da sociedade efetivamente preocupadas com a deterioração ambiental e as conseqüências cada vez maiores, sentidas por todos, ocasionada seja pelas secas, pelas chuvas, pelos furacões, pelo degelo das calotas polares, etc.; de outro lado, grandes organizações, bem como Estados de proeminência mundial têm feito acusações de que a condição a que se chegou, com a destruição da camada de ozônio, se deve principalmente a ação dos países em desenvolvimento que, sem políticas de planejamento, apenas destroem de maneira irresponsável sua fauna, queimam suas florestas, contaminam

Índia”, *O Estado de S. Paulo*, 13.11.2007, p. A18. Recentemente o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou extenso dossiê de 120 páginas sobre o meio ambiente, dirigido especialmente para a questão amazônica. Ver *Amazônia – grandes reportagens*. *O Estado de S. Paulo*, novembro/dezembro de 2007.

² Para Peter Bosch, cientista e membro do IPCC, além de ocupar cargo executivo no Programa das Nações para o Meio Ambiente (UNEP), “o relatório é fruto de interesses oriundos de todo o mundo. É muito difícil priorizarmos áreas específicas de impacto do aquecimento global”. Cf. entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, 18.11.2007, p. A-25.

rios, levando ‘a situação ora vivenciada. Por esse motivo, seus recursos naturais não poderiam ficar apenas sob sua guarida, mas deveriam ser gerenciados por fundos comuns, havendo necessidade portanto de abrir mão de suas soberanias, em nome do bem-estar coletivo, isto é, comum a toda a humanidade.

Pelas reações observadas, esse tipo de concepção de como resolver os problemas globais ambientais às custas alheias, não tem tido receptividade maior dos países situados sobretudo no hemisfério sul. Esses se arrogam o direito de implementar políticas que considerarem convenientes dentro de seu próprio território, rechaçando qualquer tipo de intervenção internacional em seus domínios, não aceitando a alegação de que se deve estabelecer políticas para atender aos interesses gerais, se isso afetar seus interesses particulares.

O presente texto tece considerações sobre o tema do meio ambiente, como o mesmo tem sido discutido sob as óticas dos países desenvolvidos e daqueles que, atrasados, correm atrás de oportunidades procurando recuperar a desvantagem sofrida durante dezenas de anos. Procuram assim, fazer valer suas políticas individuais, tomando medidas para proteger seu patrimônio e seu território, colocando em primeiro lugar seus interesses nacionais. Na realidade, ainda que no discurso as mensagens sejam diferentes, na prática países desenvolvidos e em desenvolvimento adotam políticas que apresentam notável grau de coincidência. As declarações de Yvo de Bôer, secretário-executivo da Convenção da ONU para a Mudança Climática, de que as emissões de carbono estão atingindo níveis alarmantes corroboram a afirmação anterior, ainda que vários países que obedecem ao Protocolo de Kyoto estejam reduzindo em 5% suas emissões de carbono.³

³ Essas informações podem ser verificadas em “Países estão emitindo mais carbono do que nunca, diz ONU”. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u347121.shtml>. Acessado em 20 de novembro de 2008.

O pós-Guerra Fria : novo cenário, novos temas?

Com o esfacelamento do modelo soviético ao final dos anos 80, alguns temas passaram a adquirir importância maior ocupando os espaços até então dedicados às divergências soviético-norteamericanas, sobre as influências de ambos no cenário global, bem como a corrida armamentista. Um quadro mais otimista parecia afigurar-se para a década de 90, uma vez eliminadas as disputas entre os dois grandes blocos. Pelo menos era assim que raciocinavam muitos analistas, que chegaram a predizer a falência do Estado Nacional, nesse contexto de fim de conflito e de globalização. Para esses, teríamos agora um porvir em que a sociedade efetivamente seria contemplada, onde a ênfase seria na construção de um mundo de paz e os conflitos seriam deslocados para papéis secundários.⁴

Feitas de forma um tanto apressada e descuidada, tais análises negligenciaram vários fatos que aconteciam simultaneamente. Por exemplo, a própria invasão das forças aliadas contra o regime de Sadan Hussein,

⁴ Em termos mais gerais, o texto de OHMAE, Kenichi é bastante ilustrativo dessa ótica. Para ele, no novo contexto de uma economia global, “os Estados-nações tradicionais tornaram-se unidades de negócios inaturais, até impossíveis”. Cf. do autor – *O fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996, p. XXI. Para discutir a mudança do cenário do final do século, melhor talvez apoiar-se na conhecida obra de ROSECRANCE, Richard – *The rise of the trading State. – Commerce and conquest in the Modern World*. New York: Basic Books Inc. Publ., 1986. Mesmo no Brasil essa temática mereceu atenção. Ver uma crítica sobre essas concepções, por exemplo, em SANTOS JR., Raimundo Batista dos – *A globalização ou o mito do fim do Estado*. Ijuí/RS, Editora Unijui, 2007. Para esse autor, “por mais paradoxal que pareça, ao limitar a ação dos atores não-estatais, os Estados-Nação desenvolveram uma infra-estrutura institucional que potencializa o poder de barganha das outras formas de poder, ou seja, atores não-estatais se fortalecem à medida que os Estados ampliam sua própria infra-estrutura institucional. Dessa forma, o poder político é o resultado das demandas sociais, ou seja, a autonomia e a soberania estatais são resultantes da transferência de poderes infra-estruturais da sociedade para o Estado”. (grifado no original). Cf. Op. Cit., p.196. Sempre que possível, vamos fazer nesse texto referências que sejam interessantes, mas acessíveis e fáceis de serem encontradas.

enquanto a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) alterava seu conceito estratégico. No caso de Hussein, uma década depois se veria a segunda Investida norte-americana, dessa vez por iniciativa própria. No exemplo da OTAN seu papel agora se ampliava, deixando de ser meramente defensiva, para atuar em outras frentes ainda que distantes de seu território, que possam representar algum perigo ou colocar em risco a segurança do velho mundo.⁵

A visão de que um novo cenário mais favorável estava emergindo, onde o conflito cederia lugar a cooperação e se constituiria uma sociedade verdadeiramente internacional, preencheu espaços consideráveis da agenda de eventos acadêmicos em todo o mundo. Os temas de segurança, portanto, deixariam de ser importantes, enquanto outros os substituiriam, ganhando corpo e ocupando lugares cada vez mais significativos.

Em parte tais interpretações tinham sua razão de ser. Se o conflito entre a Casa Branca e o Kremlin movimentava grande parte da agenda internacional, o final da guerra fria significaria o abandono de concepções dessa natureza, surgindo novas preocupações no lugar da eterna divergência que opunha as duas grandes potências. Destarte tópicos como o meio ambiente, direitos humanos, o tráfico de drogas, o crime organizado e o terrorismo passaram a ser debatidos com grande frequência ao lado de outros itens no período que se passou a designar de década da agenda social.⁶

⁵ Dados sobre a entidade podem ser obtidos no site da mesma, inclusive a própria revista editada pela OTAN (<http://www.nato.int>). Sobre o conceito reformulado ver: *The Alliance's New Strategic Concept*. <http://www.Nato.int/docu/basicxt/b911108a.htm> (agreed by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Rome on 7th-8th nov. 1991). Acessado em 6.5.1999.

⁶ A Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente no Rio de Janeiro, as reuniões como a Habitat II realizada em Istambul, a de pobreza em Helsinque, a de população no Cairo, a de Direitos Humanos em Viena, são algumas que marcaram a década de 90. Um interessante e acessível balanço sobre essas conferências pode ser encontrado em LINDGREN ALVES, Jose Augusto – *Relações Internacionais e temas sociais – A década das conferências*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

Uma observação mais atenta, porém, mostra que ao contrário do que se divulgava, os anos 90 tiveram situações extremamente conflituosas, muito maiores do que nas décadas anteriores. Conflitos étnicos e religiosos verificaram-se com grande impacto em função do número de vítimas, seja na África, seja no Leste europeu. Tais conflitos inclusive representaram um acréscimo substancial no número de operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas, justamente no pós-Guerra Fria.

Não se pode negar que os “novos temas” passaram a desempenhar um papel crescente na agenda das discussões internacionais. Tais assuntos, contudo, não são recentes pois sempre permearam as relações internacionais, embora de forma menos visível, em face da supremacia exercida pelas divergências entre Washington e Moscou, que deixava os outros temas deslocados para o segundo plano.

A questão do tráfico de drogas já era conhecida pelo menos desde o século XIX, bastando lembrar o imbróglio verificado entre o Reino Unido e a China na guerra do ópio em 1840, o que motivou a invasão do território asiático pelos britânicos, custando ao Império Chinês a perda de Hong Kong durante mais de um século. Os direitos humanos são parte importante da agenda global, tanto é assim que foi assinada em 1948, pouco depois da criação da própria ONU. Apenas para relembrar foi precisamente uma divergência nesse nível que abalou em parte as relações entre Brasil e Estados Unidos nos anos 70, sob os governos de Jimmy Carter e Ernesto Geisel, quando o mandatário norte-americano não abria mão dos relatórios sobre direitos humanos que comprometiam o governo brasileiro. As discussões sobre terrorismo, sobretudo o do Estado, igualmente faziam parte da agenda dos países latino-americanos desde os anos 60. Em outras oportunidades, em circunstâncias diferentes, o mesmo problema se colocou com intensidade quando o hotel Rei David em Jerusalém, então protetorado britânico, foi colocado abaixo em 1946, vitimando uma centena de pessoas; outro exemplo pode ser remetido para a guerra da Argélia, opondo os ocupantes franceses à população local, e retratada em conhecida película proibida na França durante largo tempo.

Os “novos temas” não se constituem em novidade, nem se tratou de algo inexistente na pauta contemporânea. Apenas preenchiam espaços mais reduzidos em função da conjuntura marcada pelo confronto entre os modelos capitalista e o de economia centralizada. Contudo, deve-se lembrar que desde o final dos anos 40, outras discussões já se manifestavam distantes do tema da guerra fria, e que envolviam os países não-alinhados. Pode-se verificar essas tendências através dos encontros em 1947 reunindo países asiáticos, na Conferência de Bandung em 1955, esta já com características mais amplas com presença africana e árabe, além de outros nos anos que se seguiram, criando-se inclusive a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964. Alie-se a isso os movimentos surgidos mormente a partir dos anos 60, com características pacifistas e contrários à presença norte-americana no Vietnã, contra a corrida armamentista, e a emergência das próprias organizações não-governamentais que vão desempenhar papel de relevo a partir da década de 80.

Meio ambiente e relações internacionais

Conhecido cientista e divulgador científico Carl Sagan alertava nos anos 60 sobre as consequências de um conflito atômico: o inverno nuclear com densas nuvens cobrindo todo o Hemisfério Norte durante tempo indeterminado, ocasionando o extermínio de milhões de pessoas e de espécies inúmeras da fauna e da flora. Tais denúncias faziam parte do contexto da década de 60, quando o perigo de um grande conflito fazia parte das preocupações diárias não apenas nos Estados Unidos, mas em toda a Europa, esta última tradicional butim entre os contendores, como se verificou nas duas grandes guerras mundiais do século XX.

Entendida de maneira mais restrita, a questão ambiental se referia até então aos impactos na fauna e na flora, e a palavra ecologia era mais utilizada do que meio ambiente e, provavelmente, a que mais se adequava às situações daqueles momentos. Discussões simultâneas também se verificavam, não apenas com problemas relacionados com a segurança

nuclear, com os resultados de um conflito, mas que diziam respeito às relações Norte-Sul que contrapunham países industrializados versus países em desenvolvimento.⁷

Por isso, ocorrera em 1972 o encontro de Estocolmo, cujo nome já era um sinal indicativo das preocupações que mais tarde estariam presentes em todas as grandes negociações: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH). Naquele momento se configurava o teor do que se deveria entender pelo problema: as desigualdades e os modelos de desenvolvimento que opunham as nações do mundo, umas que já atingiram seu objetivo e as demais que procuravam por mecanismos diferentes ascender ao pequeno rol de países de projeção no cenário mundial de poder.

Debates e textos produzidos nos próximos anos apontariam com precisão as divergências existentes sobre os distintos modelos que deveriam prevalecer nas relações internacionais. O Relatório Willy Brandt divulgado poucos anos depois do encontro de Estocolmo chamava a atenção para o aprofundamento das desigualdades entre nações ricas e pobres em problemas como energia, habitação e outros itens que sempre passaram ao largo das preocupações dos grandes países, mais envolvidos nas disputas estratégicas que preenchiam a maior parte de suas agendas. Sur, sobre a necessidade de se olhar com mais cuidado o que ocorria no hemisfério sul, e investir para melhorar as condições sócio-econômicas desse último.

Segundo Willy Brandt, presidente da Comissão, havia necessidade de se atentar para os interesses recíprocos existentes entre as diversas nações do mundo, e que todos ganhariam se a cooperação prevalecesse. Para ele “o hemisfério Norte e o hemisfério Sul têm muito mais interesses em comum a médio e longo prazos, do que se reconhece até agora, e a experiência

⁷ É extensa a literatura produzida no Hemisfério Sul, particularmente na América Latina, sobre as divergências Norte-Sul. Praticamente todas as preocupações dos anos 70 achavam-se voltadas para as questões do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

ensina que freqüentemente somente se encontram soluções duradouras depois que se coloca um ponto final nas divergências”. Ou seja, no relatório insiste-se na crença de que a convergência de interesses mútuos demanda mudanças nas políticas de cooperação, porque “estão cada vez mais convencidos de que o aumento do desenvolvimento do Sul beneficia aos povos do Norte”.⁸

Ao mesmo tempo que recursos naturais passavam a ser utilizados como fatores de poder, por exemplo, através das crises do petróleo em 1973 e 1979, com o aumento das disputas entre as grandes nações pelos recursos finitos em todo o mundo, a degradação cada vez maior das condições ambientais, com as chuvas ácidas e outros problemas como a destruição da camada de ozônio, os anos 80 viram surgir um novo conceito que passou a permear os debates sobre os direitos que os países deveriam ter sobre seu próprio território e o que dentro dele se encontra.

A idéia de soberania compartilhada ou de soberania limitada exposta em relatório elaborado sob coordenação de Gro Harlem Brundtland, a pedido da própria ONU na segunda metade da década de 1980, faz referências explícitas sobre o problema. Ou seja, responsabilidades devem ser compartilhadas por todos, para que a situação internacional ambiental não se torne insustentável, devendo, portanto, os países detentores de recursos amplos abrirem mão de gerenciá-los individualmente em favor de interesses mais gerais. Daí igualmente o conceito de desenvolvimento sustentável. De forma clara e sem maiores nuances assim se expressava o relatório:

“Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; o Estado-Nação não basta quando se

⁸ Cf. BRANDT, Willy (Pres.) – *Norte Sur – Un programa para la supervivencia*. Bogotá/Colombia: Editorial Pluma, 1980. Ver Introdução intitulada “Un llamado en favor del cambio social: paz, justicia, trabajo”, redigida por Willy Brandt, especialmente p. 31-32.

trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com as ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais”.⁹

Esse tipo de argumento é defendido com certa frequência ao longo do Relatório. Em outro trecho menciona-se que:

“As formas tradicionais de soberania nacional são constantemente desafiadas pelas realidades de interdependência econômica e ecológica. Isso é especialmente verdadeiro nos ecossistemas compartilhados e nas ‘áreas comuns do globo’ – as partes do planeta que ficam fora das jurisdições nacionais. Nesse caso, só se pode assegurar o desenvolvimento sustentável através da cooperação internacional e de regimes de consenso para supervisão, desenvolvimento e administração dos interesses comuns”.¹⁰

Da mesma forma entende-se que a segurança tradicional deve igualmente ser repensada abarcando as novas variáveis do mundo contemporâneo, aqui incluindo o problema ambiental. Conforme explicita o relatório:

“Certos aspectos das questões de paz e segurança relacionam-se diretamente com o conceito de desenvolvimento sustentável. A noção de segurança, tal como tradicionalmente entendida – em termos de ameaças políticas e militares à soberania nacional – tem de ser ampliada para abranger os efeitos cada vez mais graves do desgaste ambiental – em

⁹ Cf. CMMAD – *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 337.

¹⁰ Idem, idem, p. 293.

nível local, nacional, regional e mundial. Não há soluções militares para a ‘insegurança ambiental’”.¹¹

A Conferência de 1992 realizada no Rio de Janeiro duas décadas depois da primeira mostrou a importância assumida pelo problema, inclusive pelo número de países participantes, e da disputa até mesmo para sediar dito evento, quando o governo canadense também a tal se propunha.¹²

O meio ambiente e a agenda brasileira

Nos anos 60, assim que assumiram o controle do aparelho de Estado, as Forças Armadas dedicaram especial atenção às políticas de desenvolvimento. Ainda que problemas de ordem diversa tenham se sucedido no período militar, por exemplo sobre a própria durabilidade da intervenção, com a existência de grupos antagônicos dentro do bloco de poder, e com concepções de desenvolvimento diferentes, a Amazônia passou a ocupar lugar importante no planejamento governamental (ou mesma na falta de). Embora discutível, sujeito portanto a interpretações mais ponderadas, chegou-se mesmo a creditar às teorias geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva as inspirações para a ocupação não só do espaço amazônico mas a responsabilidade por toda a estratégia nacional no período pós-64, enquanto os militares detiveram o comando do aparato de Estado, dando partida às medidas depois implementadas pelos governos civis do final do século.¹³

¹¹ Cf. Idem, idem, p. 21.

¹² Nesse item não vamos nos estender mais sobre essas questões, porque o objetivo primeiro é apenas o de mostrar sinteticamente o estreito vínculo entre o meio ambiente e as relações internacionais, indicando como essa questão impacta diretamente os interesses dos Estados nacionais, particularmente daqueles detentores de grandes recursos naturais, e que os utilizam para seu próprio desenvolvimento, ainda que para isso sofram severas críticas daqueles que já atingiram outros estágios mais avançados.

¹³ Trata-se aqui de seu livro mais conhecido. Ver COUTO E SILVA, Golbery – *Conjuntura Política Nacional – O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, 3ª edição.

Com incentivos fiscais, com recursos utilizados de forma não previstos nos empréstimos, e sem atingir os objetivos almejados, o certo é que mesmo assim, a Amazônia passou a ser ocupada de forma mais intensa do que até então ocorrera. Grandes empresas estrangeiras com o controle de extensas áreas passaram a fazer parte do cotidiano, levantando-se já naqueles momentos, o problema da falta de controle do governo sobre seu próprio espaço geográfico. Não apenas isso, mas políticas indiscriminadas de ocupação do território amazônico passaram a fazer parte do dia-a-dia das denúncias sobre a devastação da flora, causando grandes impactos, seja através das queimadas, pela derrubada incessante das florestas para extração de madeiras nobres, seja afetando as populações florestais, muitas delas entrando pela primeira vez em contato com os novos conquistadores. Um acompanhamento da imprensa dos anos 60 e 70 indica claramente a importância do que ocorria naqueles momentos, com extensas reportagens que muitas vezes ocupavam páginas inteiras durante uma semana.

Sem dar importância ao problema tanto no plano interno, em função da própria situação excepcional do modelo político vigente, quanto no cenário internacional, a política brasileira escorava-se no crescimento de seus indicadores econômicos, relegando a papel sem qualquer importância

Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio Editora, 1981. Uma das várias interpretações que procuram mostrar esse estreito vínculo do general Golbery com as políticas nacionais pode ser encontrada em SCHILLING, Paulo R. – *O expansionismo brasileiro... A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo; Global Editora, 1981. Uma obra que trata especificamente do pensamento de alguns geopolíticos, entre os quais o general citado, é a de FREITAS, Jorge Manuel Costa – *A Escola Geopolítica Brasileira*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999. Uma edição brasileira desse texto foi publicada com o mesmo título em 2004 pela Biblioteca do Exército Editora. Sobre o pensamento geopolítico brasileiro em geral consultar MEIRA MATTOS, Carlos de – “A geopolítica brasileira – predecessores e geopolíticos”, *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ESG, ano XVII, nº 39, 2000, p. 37-52. Esse texto pode ser consultado no site da própria instituição.

a questão ambiental. Além de ficaram conhecidas, mais do que o necessário, as declarações atribuídas ao então titular do Planejamento, ministro João Paulo dos Reis Velloso são elucidativas sobre a forma como o governo concebia discussões sobre o tema, quando teria afirmado que se “poluição é progresso, então vamos poluir”, uma vez que ao governo interessava tão somente “crescer o bolo”. E depois reparti-lo como frisava freqüentemente o ministro da Fazenda Antonio Delfim Neto, fato que jamais se verificou enquanto o estamento militar esteve no controle do poder.

Em termos mais amplos a ótica do governo brasileiro sobre a questão ambiental coincidia com as dos demais países pobres do mundo, eternamente relegados a papel secundário. Se os grandes países para alcançar seu atual estágio devastaram seu meio ambiente, por que não fazer o mesmo naqueles anos? Era assim que raciocinavam os países em desenvolvimento, que reclamavam a ajuda que não vinha nunca das nações industrializadas para resolver seus problemas. Nesse sentido, as observações de Lord Wayland Kennet sobre esse problema espelham com nitidez as divergências sobre os distintos modos de encarar o tema do meio ambiente. Segundo ele, era dessa forma que os países em desenvolvimento encaram a questão:

“Compreendemos as suas preocupações econômicas. Não há dúvidas de que estragaram os seus países. Também apreciamos a sua preocupação para que não repitamos os seus erros. Contudo, é precisamente o que pensamos fazer. Vocês desenvolveram os seus países e os poluíram, visto que o seu povo era pobre. Agora o seu povo é rico e Vocês querem limpar o ambiente. Os nossos povos são pobres, muitos estão de fato morrendo de fome, e pensamos fazer como Vocês fizeram, e pagar mais tarde”.¹⁴

¹⁴ Cf. “The Stockholm Conference on the Human Environment”, in *International Conciliation*, janeiro de 1972, p. 37. Apud NASCIMENTO E SILVA, G.E. do – “O meio ambiente e a política exterior”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, IBRI, ano XXX, nº 117-118, 1987/1, p. 58.

Claro, ressalta Lord Kennet, que os países pobres certamente veriam com outros olhos o problema se recursos financeiros e tecnológicos fossem colocados à sua disposição para auxiliar no desenvolvimento nacional: “Naturalmente, se Vocês estiverem dispostos a nos pagar para nos desenvolvermos de maneira limpa e ecológica, aí a questão seria outra”.¹⁵

Os anos posteriores mostrariam um quadro em que as posições entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento jamais coincidiam, nunca caminhando na mesma direção, ocorrendo cada vez mais um acirramento das divergências entre ambos os blocos, visto que nenhum deles abria mão de suas posturas. Além de não concordarem entre si, cada um passou a criticar o outro, responsabilizando-o diretamente pela situação cada vez pior enfrentada pelo globo.

Nesse contexto, as políticas tomadas pelo governo brasileiro sem um planejamento eficaz, nem de médio muito menos de longo prazo, colocaram-se no centro das críticas, convertendo-se o país no grande vilão internacional, apontado como responsável pela deterioração ambiental mundial a partir da década de 70.

Tratando a questão como problema de âmbito interno, durante anos o governo manteve-se na defensiva, pouco se preocupando com o impacto de suas políticas ambientais, ou ausência de, até o assassinato de Chico Mendes, líder dos seringais de Xapuri em 1988.

Até então mesmo a figura e a proposta de Chico Mendes sobre as reservas extrativistas eram pouco conhecidas no país, a não ser por parte dos meios acadêmico e político, mais diretamente envolvidos com a questão ambiental, como pode ser comprovado pela concessão do título de cidadão do Rio de Janeiro em outubro de 1988, ao mesmo tempo que recebia o prêmio Global 500, concedido às pessoas que militavam em nome dos direitos ambientais.

¹⁵ Idem, idem, p. 58.

É bem verdade que anos atrás havia se criado no Brasil instâncias para tratar do problema, como a própria Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e apoiando-se o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas ainda de forma restrita. Os debates travados na época da feitura da Nova Constituição de 1988, onde problemas como o controle das fronteiras, a demarcação das terras indígenas, a posse do subsolo e as preocupações com as populações florestais afloraram com vigor, fazendo parte de um quadro mais amplo, serviram para chamar a atenção das autoridades nacionais para a região que mais recebia críticas, ou seja, as densas florestas tropicais. A Câmara Federal realizou inclusive em novembro do corrente ano um grande seminário sobre a problemática amazônica.

Tomado de surpresa pelo grande impacto causado pela morte de Chico Mendes, até então relegado ao papel de ilustre desconhecido por parte do governo, este passou a agir de forma tanto reativa como propositiva para dar conta desse tema que rapidamente preencheu espaço significativo da agenda externa brasileira.¹⁶

Dentro desse contexto, a realização da Conferência de 92 constituiu-se em um marco da agenda ambiental nacional, fazendo parte ativa tanto do governo quanto da sociedade brasileira, mormente através das inúmeras organizações não-governamentais surgidas com esse espírito. As preocupações do governo brasileiro para dar conta do problema ambiental, que ganhou definitivamente status de grande tema mundial, traziam

¹⁶ Textos diversos têm sido produzidos sobre o tema. A importância da questão ambiental tem sido realçada constantemente tanto na academia quanto através de ONGs, etc. Ver, por exemplo um amplo estudo produzido ainda no início dos anos 90 – CANIZIO, Márcia Jabor – *O Brasil e a questão ambiental: um estudo de política externa brasileira*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ em maio de 1991, mimeografado.

embutidas outro pomo de discórdia que fez inclusive com que atenção maior passasse a ser dedicada à região amazônica, jogando papel destacado em termos estratégico-militares. Trata-se da soberania sobre a região, assunto cada vez mais em pauta desde os inícios da década de 1980, e que passou a receber especial olhar do governo a partir de então.

Meio ambiente, defesa e segurança: a Amazônia em foco

Na década de 70 a região amazônica já recebia atenção do governo brasileiro por motivos diversos. Tanto as denúncias internacionais sobre a má utilização dos recursos, quanto a idéia de que parte do território estava sendo ocupado por estrangeiros sem nenhum controle motivou políticas específicas para a região amazônica, embora sem os resultados esperados. Dentre essas o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) pode ser mencionada como uma iniciativa que tinha finalidades múltiplas: integrar fisicamente o espaço amazônico, dar conta das denúncias sobre o meio ambiente e furar o bloqueio dos países andinos que impediam o acesso dos produtos brasileiros aquela região, através das negociações por eles realizadas em 1969 via do Tratado de Cartagena (Pacto Andino).

Se bem que não conseguisse atingir seus intentos tanto por falta de recursos, de uma sede fixa, ou de inapetência política por acordos desse gênero, a verdade é que o Tratado de Cooperação Amazônica jamais desempenhou a contento seu verdadeiro papel, desde sua criação, e mesmo depois de sua transformação em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. As recentes divergências sobre o comando da instituição são bastante elucidativas sobre as dificuldades por ela encontradas desde o momento em que o TCA foi assinado.

Na agenda nacional a questão ambiental passou a desempenhar papel crescente, inclusive sob a ótica militar, por uma série de fatores conjuntos, alguns deles já referidos. Contudo, a própria conjuntura interna levou a que preocupações com a proteção da região amazônica se tornassem prioridade nas políticas públicas nacionais.

A primeira delas diz respeito às transformações verificadas no Atlântico Sul. Tradicionalmente a atenção maior da política brasileira esteve sempre voltada para duas grandes regiões: o Atlântico Sul e o Cone Sul. O Atlântico Sul sempre se converteu em área de preocupação dos estrategistas brasileiros, por causa de sua posição, enquanto local de passagem de grande parte do comércio marítimo regional e caminho para a Antártica.

Verdade seja dita, contudo, a possibilidade de o Brasil ou qualquer outro país exercer papel de relevo nessa região oceânica esteve sempre subordinada aos interesses norte-americanos, uma vez que essa é uma área de nítida influência de Washington. Por isso mesmo, as preocupações demonstradas, particularmente por oficiais da reserva de vários países do Atlântico Sul, para a construção de uma instituição semelhante a existente no Hemisfério Norte, com designação como Organização do Tratado do Atlântico Sul ou semelhante não se justificava, inclusive porque haveria necessidade de absorver-se a África do Sul, que merecia ressalvas por parte do governo brasileiro, em função da política do apartheid implementada pelo governo de Pretória.

A região nunca se constituiu em problema de maior envergadura, motivo pelo qual nos anos 80 por iniciativa brasileira se converteu a região em local distante de conflitos através da criação no âmbito da Organização das Nações Unidas, da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.¹⁷ Claro que havia desentendimentos entre os formuladores das posturas externas brasileiras sobre o que significava desmilitarização, conforme se pode ver pelos esclarecimentos feitos por militares e diplomatas. Segundo

¹⁷ Esse tipo de afirmação leva em conta os interesses dos próprios países, as divergências entre os mesmos, e dentro de um cenário onde o grande inimigo seria a União Soviética. Nesse caso, o problema já seria de alçada norte-americana fugindo da responsabilidade das nações ribeirinhas, o que não justificaria, portanto, a criação de uma OTAS. Não estamos considerando, obviamente, fatos como a Guerra das Malvinas, nem o ocorrido na Segunda Guerra Mundial, no conhecido embate no Atlântico Sul, envolvendo embarcações germânicas e dos aliados.

declarava o então ministro da Marinha, Henrique Sabóia “esse é um assunto de política, e o projeto é do Itamaraty”, mas chamava atenção para a necessidade de não se confundir desmilitarização com não-militarização. Segundo o Itamaraty, após as observados dos militares, o tema devia ser percebido da seguinte forma:

“o conceito de não-militarização da área (a zona de paz no Atlântico Sul) por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização, no sentido de redução da capacidade de atuação militar dos países da região... [cabendo aos países que fazem parte da ZOPACS] assumir maiores responsabilidades para a defesa da paz e da segurança regionais, sendo necessário, por conseguinte, que se disponha dos meios de atuação para tanto”.¹⁸

O que valeu, entretanto, é que a posição oficial do país defendida e aprovada em âmbito multilateral isentava a região de experiências belicosas.

O segundo motivo está diretamente ligado à própria história regional, onde o país travou a sua única grande guerra contra o Paraguai. Nas gerações posteriores a região platina converteu-se em palcos de constantes discórdias entre brasileiros e argentinos sobre um possível domínio dessa parte do mundo que daria uma supremacia em todo o continente, porque os demais vizinhos tinham capacidade reduzida de fazer frente a qualquer um dos dois agentes mencionados. Independentemente dos ocupantes dos governos brasileiro e argentino, divergências acentuadas se verificaram em todo o tempo, assumindo as vezes proporções maiores, como por ocasião da construção da barragem de Itaipu nos anos 70.

¹⁸ Cf. “Itamaraty e militares tem opiniões diferentes”, *O Estado de S. Paulo*, 28.10.1986, p.6. Apud Ministério das Relações Exteriores – *Resenha de Política Exterior do Brasil*, edição suplementar de 1986. Número especialmente dedicado à criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, p. 77-78.

Resolvido, porém, esse obstáculo esvaziava-se a necessidade brasileira de manter forças nessa região, quando outros problemas tanto globais quanto no âmbito regional, simultaneamente, passavam a clamar por atenção maior. Um deles a falta de capacidade operacional do Tratado de Cooperação Amazônica; a segunda as críticas cada vez mais acentuadas sobre a soberania na região amazônica; em terceiro lugar, a subida ao poder no Suriname em 1980 do militar Desi Bouterse que passou a implementar acordos com o governo de Fidel Castro. Certamente esses problemas em conjunto reorientaram a estratégia nacional, fazendo com que todas os olhares se voltassem para a região amazônica. Foi esse cenário que fez com que desde então as atenções maiores estejam focadas nessa parte do mundo, ainda que a Amazônia azul assuma importância crescente na estratégia nacional, motivada inclusive pela aprovação em abril de 2007 da demanda do governo brasileiro no âmbito da ONU, de ampliação de seu espaço marítimo, alterando consideravelmente a área territorial sob jurisdição nacional agora em torno de 12,5 milhões de quilômetros quadrados, terrestres e marítimos.

No Tratado de Cooperação Amazônica referências sobre a questão ambiental eram feitas de maneira direta. Segundo o documento, considerava-se que “tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado”.¹⁹ Ao assinarem o tratado

“a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento dessas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizado em matéria de conservação ecológica da Amazônia”.²⁰

¹⁹ CF. MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES – *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: MRE, 1978, p. 9.

²⁰ Idem, idem.

Comportamento idêntico se verificaria depois no instrumento que o sucedeu, a Organização do TCA. Nos inúmeros encontros realizados por ambas as entidades os temas da questão ambiental e da soberania nunca deixaram de estar presentes implícita e explicitamente.

No que diz respeito ao problema da internacionalização da Amazônia, ainda que o governo apenas tardiamente tenha tomado providências mais consistentes para manter/preservar a soberania sobre a região, o problema era levantado há décadas, se não quiséssemos retroceder ao século XIX quando já se aventava a possibilidade de sua ocupação por imigrantes oriundos do território norte-americano. Como se pode depreender da proposta de Matthew Fontaine Maury, a Amazônia seria o lugar ideal para o escravo negro, pelo africano. Segundo ele, a região amazônica “é a terra dos papagaios e macacos e só o africano está à altura da tarefa que o homem aí tem de realizar”.

Em meados do século XX, algumas iniciativas como a da Hylea Amazônica ou propostas de Roberto Panero e Herman Kahn eram motivos de constantes alertas.²¹ Em momentos e circunstâncias distintas tanto o governo quanto parcelas da sociedade denunciavam as investidas estrangeiras sobre o solo amazônico, ora com métodos mais agressivos ora mais veladamente.

No período militar não foram poucas as ressalvas de que as Forças Armadas ao invés de se preocuparem com a preservação da região, o que faziam era entregá-la aos interesses estrangeiros, permitindo a ocupação

²¹ Através do Instituto Hudson, Panero & Kahn apresentaram proposta para a criação do que chamavam grandes lagos artificiais ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 6 de novembro de 1964. Ver textos desses autores: PANERO, Roberto – “Um sistema sul-americano de ‘grandes lagos’”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro: IBRI, ano XI, nº 41-42, março/junho de 1968, p. 32-50; KAHN, Herman & PANERO, Roberto – “Novo enfoque sobre a Amazônia”, *idem, idem*, p. 51-64. Esse exemplar da revista é inteiramente dedicado à problemática amazônica.

desenfreada, sem qualquer tipo de controle ou de cadastro sobre os que adquiriam propriedades ou exercitavam atividades nos confins da selva amazônica. Mencionavam-se desde as seitas religiosas com finalidades escusas que, além de interferirem na cultura das populações florestais, estariam servindo de espões para detectar as riquezas minerais existentes no Norte do país; da mesma forma estariam ensinando outras línguas, como o inglês, fazendo com que perdessem suas características milenares. Não foi sem motivo que se denunciou nos anos 70 inclusive o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), que fez extenso mapeamento da região, mas cujos dados foram mantidos em sigilo, pouco acessíveis à sociedade brasileira, enquanto eram disponibilizados aos norte-americanos.

A questão da internacionalização da Amazônia foi inclusive objeto de inúmeros ensaios produzidos não apenas por acadêmicos, mas igualmente por políticos, como o próprio texto de A. C. Ferreira Reis.²² Para dar conta dessas denúncias e diante das dificuldades advindas da não operacionalidade do TCA, ao término do governo militar se gestou novo projeto, desta vez com características bem marcantes em termos de ocupação e defesa do território brasileiro na região Norte do país.

²² O livro de Arthur Cezar Ferreira Reis, que além de político, desempenhou extensa atividade acadêmica, entre outras, na Universidade Federal Fluminense, foi o que provavelmente mais impacto causou ao denunciar os interesses escusos dirigidos para a região amazônica. Ver desse autor *A Amazônia e a cobiça internacional*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Edinova Limitada, 1965 (1ª edição de 1960). Nos anos 90 muitos textos focalizaram esse tema, seja através de livros, ensaios, etc. Uma boa revisão sobre o assunto pode ser encontrada em FURNIEL, Ana Cristina da Matta – *Amazônia – A ocupação de um espaço: Internacionalização x Soberania Nacional*. 1993. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993. Para aqueles que desejarem ter acesso a outros textos com esse enfoque pode-se consultar o site do CPDOC/FGV, onde se encontram inúmeras informações: <http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/militares-amazonia/htm/bibliografia.htm>. Acessado em 25 de setembro de 2007.

O Projeto Calha Norte encaminhado ao presidente da República, através de Exposição de Motivos nº 18 de 19 de junho de 1985 pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional tinha claramente objetivos de defesa da Amazônia, ainda que mesclasse, de um lado políticas civis com as militares, ao mesmo tempo que dele participavam vários ministérios civis como os das Relações Exteriores e do Interior.²³ Para que não fosse caracterizado como projeto militar, sua coordenação fora exercida por Andréa Calabi, então secretário geral do Tesouro, do Ministério da Fazenda. Ao se divulgar o Documento de Política de Defesa Nacional de 1995, o general Alberto Cardoso, na condição de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República assim se referiu ao PCN:

“O Calha Norte nunca foi um projeto militar, mas sim interministerial, que se baseava em pólos de desenvolvimento. Ficou com cara de militar porque, na hora de ir para dentro da selva, só apareceram as Forças Armadas. A idéia, de fato, é retomar o Calha Norte na sua concepção original, com pólos de irradiação de desenvolvimento”.²⁴

Os objetivos do PCN, entre outros, referiam-se à necessidade de reforçar as fronteiras, combater o tráfico de drogas (epadu), evitar o

²³ Ver a EM 018/85 de 19 de junho de 1985 assinada pelo general Rubens Bayma Denys, então Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional encaminhando o Projeto Calha Norte, cujo título completo é: *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas*. Brasília: SG/CSN, 1985, mimeografado. A bibliografia produzida sobre o PCN é bastante extensa e de fácil acesso. Consultar o endereço do CPDOC/FGV citado na nota anterior, e a página do próprio Ministério da Defesa que, igualmente, disponibiliza inclusive textos acadêmicos sobre o tema.

²⁴ Cf. Entrevista concedida pelo general aos jornalistas RODRIGUES, Bartolomeu e MONTEIRO, Tânia publicada em *O Estado de S. Paulo*, 4.11.1996. Apud *Parcerias Estratégicas*, Brasília, CEE, Presidência da República, vol. 1, nº 2, dezembro de 1996, p. 21.

surgimento do Estado Yanomami, criação de uma infra-estrutura geral. O Programa de Fortalecimento da Frente da Amazônia Oriental (PROFFAO) que daria seqüência ao PCN ampliando sua área jamais foi implementado. Mesmo o PCN veria nos anos seguintes suas tarefas restringidas em função da falta de recursos, reduzidos drasticamente pelo clima difícil por que passava o país.²⁵ Nesse contexto, a consecução dos objetivos traçados ficou aquém do que se poderia esperar, sendo retomado apenas anos depois, já com novo nome, agora Programa Calha Norte, mas dentro de outro contexto.²⁶

A complementação e ampliação desse projeto encontraria respaldo em meados dos anos 90, quando se deu importância maior a questão amazônica através de uma proposta de maior envergadura como o Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM). Com objetivos variados o SIVAM propunha-se a tarefas múltiplas, sendo que para sua consecução estariam sendo alocados bilhões de reais, conforme anunciava o governo. Entre os objetivos do complexo podem ser lembrados: proteção aos vôos/controlar o tráfego aéreo, vigilância ambiental, coleta de dados via satélite; mapear queimadas e florestas; controle de tráfico.

Obviamente que ambos os projetos, tanto o PCN quanto o SIVAM/SIPAM trouxeram desconfiças para os países amazônicos, uma vez que

²⁵ O aumento das dotações das Forças Armadas tem sido uma constante, e feitas todo o tempo, independentemente dos governos. A falta de verbas para o PCN anos depois seria motivo de reclamação do então ministro Geraldo Quintão. Ver MONTEIRO, Tânia – “Quintão quer mobilizar ministérios para intensificar Projeto Calha Norte”. *O Estado de S. Paulo*, 14.5.2000, p. A11. Para quem tiver interesse maior nos gastos do PCN pode-se consultar alguns trabalhos como os do professor Durbens Martins Nascimento. Desse autor, ver: “Governança e financiamento do Projeto Calha Norte”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, UFPa, v. 8, nº 1, p. 115-140, junho de 2005.

²⁶ Informações atualizadas sobre o Programa Calha Norte podem ser obtidas no site do Ministério da Defesa: <http://www.defesa.gov.br>.

foram pensados e elaborados sem qualquer comunicação aos mesmos.²⁷ Na ótica do governo, tratava-se de questões de ordem interna, motivo pelo qual não se sentia obrigado a prestar qualquer esclarecimento a quem quer que fosse, mesmo aos vizinhos. Foi essa a resposta dada na época da divulgação do Projeto Calha Norte aos representantes amazônicos, que se deslocaram ao Ministério das Relações Exteriores, em busca de informações, quando o governo brasileiro enfatizou tratar-se de políticas domésticas e sem qualquer reflexo sobre os demais países. No caso do SIVAM/SIPAM, na inauguração da primeira fase em 2002, o governo brasileiro colocou à disposição dos países vizinhos as informações obtidas e que foram aceitas pelo Peru e Colômbia.²⁸

Pode-se dizer que as políticas de ocupação e defesa da Amazônia foram pensadas e feitas sob três perspectivas. De um lado, na ótica econômica a ocupação seria uma forma não apenas de preencher o espaço, mas de utilizar áreas vazias produzindo e exportando produtos variados. Defrontava-se, contudo, sobretudo nos últimos anos, com a visão ambientalista que considerava necessário preservar a região evitando impactos ambientais maiores inclusive no que diz respeito a construção de novas usinas hidroelétricas. Na perspectiva militar, o problema sempre se colocou priorizando a proteção do território e manter a soberania contra possíveis investidas. Assim, ao agir nessa perspectiva, coloca-se

²⁷ Ainda que haja um bom relacionamento do Brasil com seus vizinhos, são recorrentes as afirmações de autoridades dos países vizinhos, de que as políticas implementadas por Brasília sempre devem ser vistas com ressalvas, em função de seu passado. Com frequência lembra-se da vocação imperialista brasileira. Veja, por exemplo, a entrevista do general Alberto Muller Rojas, ex-membro do governo venezuelano, onde faz afirmações desse gênero: MARIN, Denise, Chrispin – “Brasil é imperialista desde descobrimento”. *O Estado de S. Paulo*, 9.7.2007, p. A12.

²⁸ Da mesma forma que o Programa Calha Norte, o complexo SIVAM/SIPAM converteu-se em alvo de extensa curiosidade do meio acadêmico que produziu inúmeras publicações (dissertações, teses, ensaios, etc.), tendo realizado ainda incontáveis encontros para debater os projetos, seus custos e suas influências sobre os demais países da Bacia Amazônica.

contrariamente a demarcação de terras indígenas contínuas, a presença de grupos, sejam quais forem ao longo das fronteiras, porque isso dificulta o desempenho de suas tarefas. Na ótica diplomática o direito internacional é o caminho a ser trilhado, ou seja, cada Estado é responsável por seu território e não se permite sua usurpação, por nenhum motivo, sejam eles quais forem. Por isso, a tarefa do Ministério das Relações Exteriores foi bastante grande a partir dos anos 80, porque houve a necessidade de manter sempre o discurso de que a região pertence àqueles que dela fazem parte, não admitindo interferências alheias, seja fisicamente, seja na elaboração das políticas nacionais e regional que só devem ser realizadas por eles mesmos. As constantes reuniões entre presidentes, entre os chanceleres sempre sinalizaram nessa direção.

A questão ambiental passou a assumir importância maior não apenas por causa das próprias discussões internas mas principalmente pelas menções que se faziam no plano internacional. Notícias divulgadas sobre a venda de parcelas da Amazônia, como se chegou a divulgar no *The New York Times* mereciam refutação das autoridades nacionais. Da mesma forma a proposta do ex-presidente francês François Mitterrand em 1989, levantando a necessidade de se adotar a soberania compartilhada foi fortemente rechaçada. No mesmo diapasão, a idéia de pulmão do mundo creditada a Amazônia foi sempre vista com ressalva, ao mesmo tempo que instâncias variadas manifestavam-se contrárias as denúncias de que o país era o grande responsável pela emissão de CO₂ através das queimadas das florestas amazônicas. O ex-ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves em conferência realizada na Escola Superior de Guerra em 1989 apresentava indicadores distintos daqueles que eram denunciados pela mídia e outros governos.²⁹

A realização da ECO 92 inclusive tinha objetivos de apresentar o país como maduro, responsável pelo seu meio ambiente e, portanto, apto a

²⁹ Cf. GONÇALVES, Gal. Leônidas Pires – *Amazônia: ecologia e soberania*. Palestra pronunciada em maio de 1989 na Escola Superior de Guerra, snt., mimeografado.

reivindicar lugar de maior projeção no cenário mundial, ocupando vaga de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Várias outras iniciativas corroborariam esse novo papel do país, demonstrando um amadurecimento necessário, mostrando eficácia e responsabilidade nas políticas ambientais, através de sua visão pacífica e de respeito ao direito internacional, seja através da criação da Zopacs, assinando o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) seja participando de missões de paz da ONU.

Entretanto, isto não significava dizer que temas como a defesa e segurança não fizessem mais parte das preocupações nacionais. Por isso, em 1996 divulgou-se pela primeira vez na história brasileira, um documento que abordava especificamente o tema da defesa nacional, através de uma política supra-forças. Até então as políticas no plano estratégico-militar sempre foram efetuadas individualmente pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, com o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) desempenhando papel de pouca ou nenhuma importância. O EMFA nunca se converteu em instituição supra-forças, mas inter-forças sendo seu comando exercido a cada dois anos em rodízio das três armas, por um oficial no último estágio da carreira, mais como um cargo de consolação do que de efetiva importância. Sobre esse problema, são interessantes os comentários feitos por oficial da Aeronáutica:

“O EMFA tem dificuldade de implementar uma política militar brasileira pelo fato de não ser um órgão supra-forças; ele é um órgão inter-forças. Suas resoluções são por consenso entre as Forças, e, por consenso, não há ação de comando. Dai porque esse órgão não é capaz e nem apropriado para implementar uma política de defesa”.³⁰

³⁰ Cf. MENEZES, Delano Teixeira – “A necessidade de uma política de defesa”. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, CEE, Presidência da República, nº 5, setembro de 1998, p. 118.

No documento de *Política de Defesa Nacional* de 1996 eram esses os principais objetivos sobre o tema: a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional.³¹ Ainda que se tratasse de uma minuta, e não um documento discutido pelas instâncias interessadas, a PDN trouxe pelo menos a necessidade de se tratar com mais densidade tema de importância nacional. Por outro lado, lamenta-se o fato de tal documento preliminar não ter sido sequer discutido no âmbito do Congresso Nacional, convertendo-se no instrumento oficial sobre o assunto, por absoluta falta de inapetência das lideranças políticas de colocá-lo em discussão visando ampliar e aperfeiçoar os poucos parágrafos e conceitos redigidos. Daí a generalidade observada em toda a extensão do documento.

A seqüência normal foi a criação do Ministério da Defesa três anos depois, com o cargo máximo exercido desde então por civis, que não conseguiram desempenhar a contento suas funções, sobretudo pela falta de conhecimento da área. A substituição do documento de 1996 por outro uma década depois já mostrou significativo progresso, uma vez que agora observam-se reflexões mais consistentes sobre o assunto. Nessa nova versão de 2005, dava-se prioridade “a Amazônia e o Atlântico Sul, pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima”.³² Na região norte, eram claras as preocupações:

“Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o

³¹ Cf. PRESIDENCIA DA REPUBLICA – *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência da República, 1996, p. 7.

³² Cf. MINISTÉRIO DA DEFESA – *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2005, p. 10 e 17.

fortalecimento da presença militar, efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente”.³³

Essa escolha do Atlântico Sul e Amazônia como prioridades da política de defesa nacional, em função de sua importância estratégica e pelas riquezas aí existentes, foi feita, portanto, dentro do clima de denúncias cada vez mais fortes enfrentadas pelo governo brasileiro. Outras medidas que com certa frequência igualmente são lembradas, dizem respeito a uma nova divisão do território amazônico, criando-se outras unidades. Isto possibilitaria que espaços ocupados por ONGs e atividades ilícitas fossem restringidas pela presença maior das autoridades nesses locais.³⁴

Como se pode perceber, ao invés de diminuir as pressões sobre a região amazônica ocorreu um acréscimo nas críticas com o passar do tempo. Pode-se creditar isso, não apenas à existência das reservas minerais, mas também os recursos em biotecnologia que as grandes florestas detêm e que sem dúvida estão na mira tanto de Estados quanto de grandes empresas transnacionais. Por isso mesmo, as autoridades nacionais não perdem qualquer chance para reafirmar que a região amazônica não é passível de discussão, que a soberania é inegociável, pertencendo apenas aos Estados que a compõem. Nessa direção, o discurso pronunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura dos trabalhos da Assembléia Geral da ONU em setembro de 2007 deixam muito claro o que o governo pensa sobre o assunto. Naquela ocasião realçava o presidente:

³³ Idem, idem, p. 17.

³⁴ À idéia de uma nova divisão territorial não apenas na Amazônia, mas em todo o país, faz parte dos debates há longo tempo. Constantemente surgem propostas para o surgimento tanto de estados quanto de territórios federais, nos moldes dos anteriormente existentes. Especificamente sobre a Amazônia ver: MONTEIRO, Tânia – “Defesa projeta novos territórios na Amazônia”. *O Estado de S. Paulo*, 16.05.2000, p. A13.

“O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia. Um resultado como este não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia”³⁵.

Ao mesmo tempo que anunciava uma redução do desmatamento no contexto geral amazônico, simultaneamente observava-se, inclusive através de próprias fontes oficiais, um aumento do mesmo em locais como no estado de Mato Grosso, fazendo inclusive com que o governo passasse a rever suas estratégias.³⁶

Por sua vez, o ministro da Defesa Nelson Jobim fez extensa viagem de uma semana a vários postos militares da fronteira. Aproveitou também a oportunidade para reafirmar a soberania da região.³⁷ Poucos dias depois, em 31 de outubro de 2007, em depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, explicava qual a concepção de sua pasta para a defesa nacional:

“O cumprimento da tarefa de defesa nacional brasileira não é expansionista em questões territoriais, mas sim para conservação de seu território. Nas fronteiras amazônicas é

³⁵ Cf. Discurso pronunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de setembro de 2007, na abertura dos trabalhos da ONU. <http://www.info.planalto.gov.br>. Acessado em 30 de outubro de 2007. Também n’O Estado de S. Paulo, 26.9.07, p. A-4. Título: “O Brasil não abdica da soberania na Amazônia”.

³⁶ Cf. AMORIM, Cristina – “Em MT, derrubada de mata subiu 200%”. *O Estado de S. Paulo*, 26.9.2007, p. 5. Da mesma autora – “Desmatamento volta a crescer e faz governo rever plano para Amazônia”. *O Estado de S. Paulo*, 16.10.2007., p. A16.

³⁷ Cf. MONTEIRO, Tânia – “Amazônia tem dono, diz Jobim”. *O Estado de S. Paulo*, 13.10.2007, p. A10.

preciso tratamento diferenciado. Esta é a razão pela qual percorri essas áreas”.³⁸

Na mesma direção, em meados do ano, ao tomar posse na Secretaria de Planejamento a Longo Prazo o ministro Roberto Mangabeira Unger não se esquecia da Amazônia.³⁹ Após sua pasta ser extinta, e nomeado para chefiar o Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, em 4 de outubro de 2007, dizia que “nós não temos no Brasil uma estratégia nacional de defesa, não temos uma prática de discussão civil e nacional dos nossos problemas militares”. Declarava ainda que “a questão da Amazônia é um dos pontos de avaliação de seu ministério”.⁴⁰

O general Augusto Heleno Ribeiro responsável pelo Comando Militar da Amazônia também tece ressalvas sobre a forma como as políticas públicas são implementadas. Para ele existe um “desinteresse pela efetiva integração da Amazônia ao resto do país. Observa-se “a falta de recursos e de ação do poder central para instalar ali seus agentes institucionais, que dividiriam com ele a responsabilidade de zelar pela lei e pela ordem, reprimir os ilícitos, preservar o meio ambiente, cuidar da saúde e da educação.”⁴¹

³⁸ Cf. declarações do ministro da Defesa Nelson Jobim na seguinte página: <http://www.portugaldigital.com.br/sis/noticia.kmf?noticia=6634714&canal=159&total=21555&indice=0>. Acessado em 02 de novembro de 2007.

³⁹ Cf. o discurso de posse do ministro da Secretaria de Planejamento a Longo Prazo, Mangabeira Unger no dia 19.6.2007. <https://www.defesa.gov.br/UserFiles/File/Discurso/2006/20ministro/2006/20Secretaria/2006/20Planejamento/2006/20Longo/20Prazo.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2007.

⁴⁰ Cf. declarações do ministro na matéria elaborada por SALVADOR, Fabíola – “Brasil não tem estratégia nacional de defesa, diz Mangabeira”. *O Estado de S. Paulo*, 3.10.2007. Ver: https://www.estadao.com.br/nacional/not_nac59688,0.htm. Acessado em 27 de outubro de 2007. Consultar, ainda, SALVADOR, Fabíola – “Mangabeira pretende rediscutir Amazônia”. *O Estado de S. Paulo*, 4.10.2007, p. A10.

⁴¹ Cf. General Augusto Heleno Ribeiro – “A ausência do Estado brasileiro na Amazônia”. <http://www.blogdasemana.globolog.com.br:80>. Acessado em 28 de dezembro de 2007.

Como se pode perceber, pelo menos no terreno da retórica tem havido certa coincidência entre as falas das diversas autoridades nacionais voltadas para esse campo. Viabilizá-las certamente demandam esforços outros, que nem sempre estão contemplados por exemplo no próprio orçamento federal.

Para dar conta desses compromissos, para que tais políticas possam ser efetivadas, nos últimos meses várias promessas fizeram parte do discurso governamental. Entre essas, aumentar os salários das Forças Armadas, investimentos em equipamentos, etc., para atender, pelo menos em parte, as reivindicações das três forças que, constantemente, reclamam da precariedade dos materiais que dispõem considerando-se inadequadamente preparadas para dar conta das tarefas que lhe são atribuídas. Nesse sentido, não estariam portanto aptas a cumprir com eficácia as atividades que o próprio documento de política de defesa nacional estabelece como prioridades.

Nota final

No decorrer dos anos, a questão ambiental foi assumindo papel crescente na agenda brasileira. Acostumado a nunca prestar contas sobre seus atos, o governo brasileiro foi tomado de surpresa pela repercussão da morte do seringueiro Chico Mendes. Até então as autoridades, ainda que considerassem o aumento da importância do tema, desdenhavam das críticas e das pressões, tanto internas quanto internacionais.

A partir de meados dos anos 80, entretanto, o problema tornou-se mais agudo, em função das pressões internacionais e das constantes “ameaças” à soberania nacional. Daí, a questão ambiental passar a ser tratada com seriedade maior em todas as instâncias no âmbito federal, como assunto de segurança nacional. O próprio *Programa Nossa Natureza* caminha nessa direção, uma vez que o relatório final foi encaminhado a Presidência da República pelos ministros João Alves Filho e general Rubens Bayma Denys,

respectivamente titulares do Interior e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional.⁴²

Por razões como essas, portanto, passaram-se a ser definidas políticas mais consistentes sobre o assunto, com ênfase especial à região amazônica. As contínuas referências feitas pelas autoridades nacionais, tanto no plano interno quanto em instâncias multilaterais, indicam que na agenda brasileira o tema ambiental passou a ocupar espaço permanente.

Considerando a necessidade de se proteger de maneira mais eficiente as florestas do norte, dotadas de extensos recursos naturais, a questão amazônica assumiu de vez importância sob a vertente da segurança. Entre os problemas verificados podem ser lembrados os conflitos agrários perto das fronteiras, a demarcação das terras indígenas, as divergências entre a Venezuela e a Guiana, além das políticas mais agressivas do governo de Hugo Chavez. Os acordos entre os governos venezuelano e boliviano também se inscrevem na categoria de temas que merecem a devida atenção, em face de um possível desequilíbrio de forças regional. Da mesma forma a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU em setembro de 2007, pode significar problemas futuros para a região amazônica. A proposta da República Cooperativa da Guiana feita ao governo britânico para que esse assuma responsabilidades pela manutenção da porção de floresta amazônica do país é outro elemento complicador, porque implicaria na presença mais acentuada de uma grande potência do hemisfério norte junto as fronteiras brasileiras.

Esses fatores em conjunto indicam claramente como a região Norte tem se posicionado no centro das preocupações nacionais, em termos diplomáticos e estratégicos. A necessidade de se ter pleno domínio do espaço

⁴² Cf. SADEN/Presidência da República – *Programa Nossa Natureza – Relatório da Comissão Executiva instituída pelo Decreto nº 96.944/88*. Brasília, SADEN, fevereiro de 1989, mimeografado.

nacional exigiu assim que uma política de defesa passasse a ocupar papel cada vez mais importante na definição das políticas públicas. Deplora-se, porém, a inexistência de um livro branco de defesa, nos mesmos moldes que os existentes em outras nações e partes do mundo.

PRIMEIRA VERSÃO

Títulos Publicados

80. Shiguenoli Miyamoto. *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil.*
81. João Quartim de Moraes. *Erasmus e Lutero: teologia e reforma do cristianismo.*
82. Shiguenoli Miyamoto. *O idealismo e a paz mundial.*
83. Reginaldo C. C. de Moraes. *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos.*
84. Octavio Ianni. *Língua e sociedade.*
85. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca.*
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas.*
88. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80.*
89. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança regional no contexto do Mercosul.*
91. Shiguenoli Miyamoto. *A política de defesa brasileira e a segurança regional.*
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso.*
93. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e as negociações multilaterais.*
95. Shiguenoli Miyamoto. *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento.*
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile.*
97. Shiguenoli Miyamoto. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação.*
99. Shiguenoli Miyamoto. *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum.*
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera.*
102. Shiguenoli Miyamoto. *Geopolítica do Brasil: algumas considerações.*
103. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico.*
104. Caio Navarro de Toledo. *Universidade, intelectuais e pensamento crítico.*
105. Tom Dwyer (org.), Maria Hermínia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira. *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores.*
106. Cátia Aida Silva. *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo.*
107. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North.*
108. Sebastião C. Velasco e Cruz. *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual.*
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania.*
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva: *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas.*
111. Shiguenoli Miyamoto. *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas.*
112. Lucas Angioni. *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles.*
113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo.*
114. Guíta Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia.*
115. Tom Dwyer (org.), Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais.*

116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia)*.
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século*.
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo*.
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites*.
121. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina*.
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa*.
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo*.
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império*.
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano*.
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas*.
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro*.
129. José Carlos Pinto de Oliveira, *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva*.
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México*.
131. Amnéris Maroni. *Busca e mistério*.
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições*.
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá*.
134. José Carlos Pinto de Oliveira. *História da ciência e história da arte. uma introdução à teoria de Kuhn*.
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia*.
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci*.
137. Shiguenoli Miyamoto e Juliana Santos Maia Bertazzo. *A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar*.
138. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn e a Revolução Historiográfica na Ciência e na Arte*.
139. Shiguenoli Miyamoto e Alessandro Shimabukuro. *Política e Estratégia no Brasil Contemporâneo*.
140. Cinco Poetas Vermelhos na Linha de Fogo. *João Quartim de Moraes*.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
13081-970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: (0XX 19) 3521.1604 / 3521.1603
Telefax.: (0XX 19) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
pub_ifch@unicamp.br

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received:

FALTA-NOS: _____

We are lacking:

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.